III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

A DIMENSÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS DO PAC-UAP NO MUNICÍPIO DE CURITIBA: DISCURSO E PRÁTICA

Madianita Nunes da Silva (Universidade Federal do Paraná) - madianita@gmail.com
Arquiteta e Urbanista, Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná, e Pesquisadora do Observatório das Metrópoles Núcleo Curitiba

Ana Gabriela Texeira (Universidade Federal do Paraná) - anagabrielatexeira@gmail.com
Estudante de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná

Pedro Portugal Sorrentino (Universidade Federal do Paraná) - pedropsorrentino@gmail.com
Estudante de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná

A DIMENSÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS DO PAC-UAP NO MUNICÍPIO DE CURITIBA: DISCURSO E PRÁTICA

RESUMO:
O artigo tem como objetivo refletir acerca da dimensão ambiental das intervenções financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento para Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) no Município de Curitiba – PR. Tal reflexão se justifica, porque a redução de risco de acidente e a requalificação ambiental foram os principais critérios utilizados na definição dos assentamentos que seriam objeto dos projetos de urbanização financiados pelo programa. Além disso, porque a dimensão ambiental tem sido adotada nas últimas décadas como justificativa para desencadear ações de planejamento urbano e implementar a política habitacional no município. O trabalho integra o Projeto de Pesquisa Habitação e Direito à Cidade: Balanço PAC – Urbanização de favelas, da Rede de Pesquisa Observatório das Metrópoles. A partir da análise desenvolvida, reconhece-se uma série de contradições na execução do PAC-UAP em Curitiba, observando-se ao longo da sua execuçãoum afastamento dos princípios de urbanização integral dos assentamentos. Conforme se argumenta, esse afastamento entre o planejado e o executado tem relação com a "ambientalização" do planejamento urbano no município, que ao ser adotada como princípio para nortear a política de intervenção em assentamentos precários, tem se tornado um empecilho para o acesso ao direito à moradiados residentesnas favelas.

Palavras-chave: Dimensão Ambiental. Política Habitacional. PAC-UAP. Curitiba.

ST – "2": "A Dimensão Ambiental da Urbanização de Favelas, Bairros e Assentamentos"

1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo refletir acercada dimensão ambiental presente nas intervenções financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) no Município de Curitiba – PR. Tal reflexão se justifica, porque a redução de risco de acidente e a requalificação ambiental foram os principais critérios utilizados na definição dos assentamentos que seriam objeto dos projetos de urbanização financiados pelo programa, de acordo com os órgãos municipais. Além disso, porque essa dimensãotem sidoutilizada como justificativa para desencadear ações de planejamento urbano no município, em especial a partir da década de 1990.

O artigo tem como referência resultados da pesquisa em andamento, intitulada Balanço PAC na Metrópole de Curitiba, que integra um projeto de pesquisa mais amplo denominado Habitação e Direito à Cidade: Balanço PAC – Urbanização de favelas, desenvolvido no âmbito da Rede de Pesquisa Observatório das Metrópoles.

A estrutura está organizada em três partes. Na primeira apresenta-se um quadro do processo de produção das favelas em Curitiba no período recente, bem como as características socioespaciais e de inserção urbana desses assentamentos. Em seguida,caracteriza-se a dimensão ambiental dos projetos de intervenção do PAC-UAP. À luz dessa dimensão, na terceira parteanalisam-se as intervenções planejadas e executadas, paraconfrontaros objetivos presentes nos projetos e planos que subsidiaram a captação dos recursos, com as ações efetivadas.Por fim, talanáliseécotejadaà dimensão ambiental presente nas diretrizesde planejamento urbano no município, com o objetivo de verificar as articulações entre as agendas ambiental e urbana, à luz da política habitacional praticada.

2 AS FAVELAS DE CURITIBA

Curitiba é o município polo da metrópole de Curitibae na segunda metade da década de 2000 concentrava 38% dos assentamentos e 68% dos domicílios em favelas do aglomerado metropolitano, contabilizando 252 favelas e 52.052 domicílios. (SILVA, 2012)

Além da representatividade em termos quantitativos, o município polo ocupa um lugar importante e ativo no processo de produção dos espaços informais de moradia no contexto metropolitano, pois além de concentrar um número representativo de domicílios e assentamento, nele surgem as primeiras favelas dessa aglomeração urbana, com registros que datam da década de 1940. Em relação ao demais municípios metropolitanos, que passam a experimentar esse processo mais tardiamente e de modo mais intenso a partir da década de 1990, Curitiba caracteriza-se também por concentrar as favelas mais antigas, densas e melhor localizadas em relação à infraestrutura e aos serviços urbanos. (SILVA, 2012)

De acordo com Silva (2012), as favelas concentram-se em Curitiba e na mancha de urbanização contínua ao polo, situada nos municípios do entorno. A maioria delas ocupa áreas de propriedade pública, originalmente destinadas à proteção ambiental ou ao uso institucional em loteamentos regularmente aprovados. A localização das favelas em áreas públicas é mais importante nos municípios do entorno, mas também se apresenta em Curitiba.Nelas reside a parcela da população mais pobre, formada por grande proporção de famílias com renda inferior a dois salários mínimos[1]. Nas favelas surgidas na periferia da cidade polo e na zona rural dos municípios metropolitanos na última década a renda é ainda mais baixa (menos de um salário mínimo) e as condições de moradia mais precárias, observando-se maior carência de infraestrutura e piores condições de acessibilidade aos centros de emprego e equipamentos públicos. (SILVA, 2012)

As favelas de Curitiba apresentam uma densidade demográfica até 16 vezes maior que a densidade do bairro em que estão situadas, indicador que revela uma importante característica dos assentamentos precários do município, o adensamento excessivo. Em especial as mais próximas da área central da cidade polo caracterizam-se por ocupar superfícies não muito extensas e são mais densas, se comparadas aos espaços habitados em seu entorno. De acordo com Silva (2012), em média as favelas de Curitiba ocupam áreas com até 3,88 hectares.

Os moradores das favelas estão submetidos ao maior número de irregularidades e às piores condições de moradia. Além do adensamento excessivo, para eles o risco de ocorrência de acidentes ambientais é mais elevado, em função das características impróprias do sítio e do tipo de ocupação dos assentamentos. (SILVA, 2012)

[1]Em janeiro de 2010, data em que foi desenvolvida o trabalho citado, o salário mínimo no Brasil correspondia a R$ 510,00 ou aproximadamente U$ 283,00.

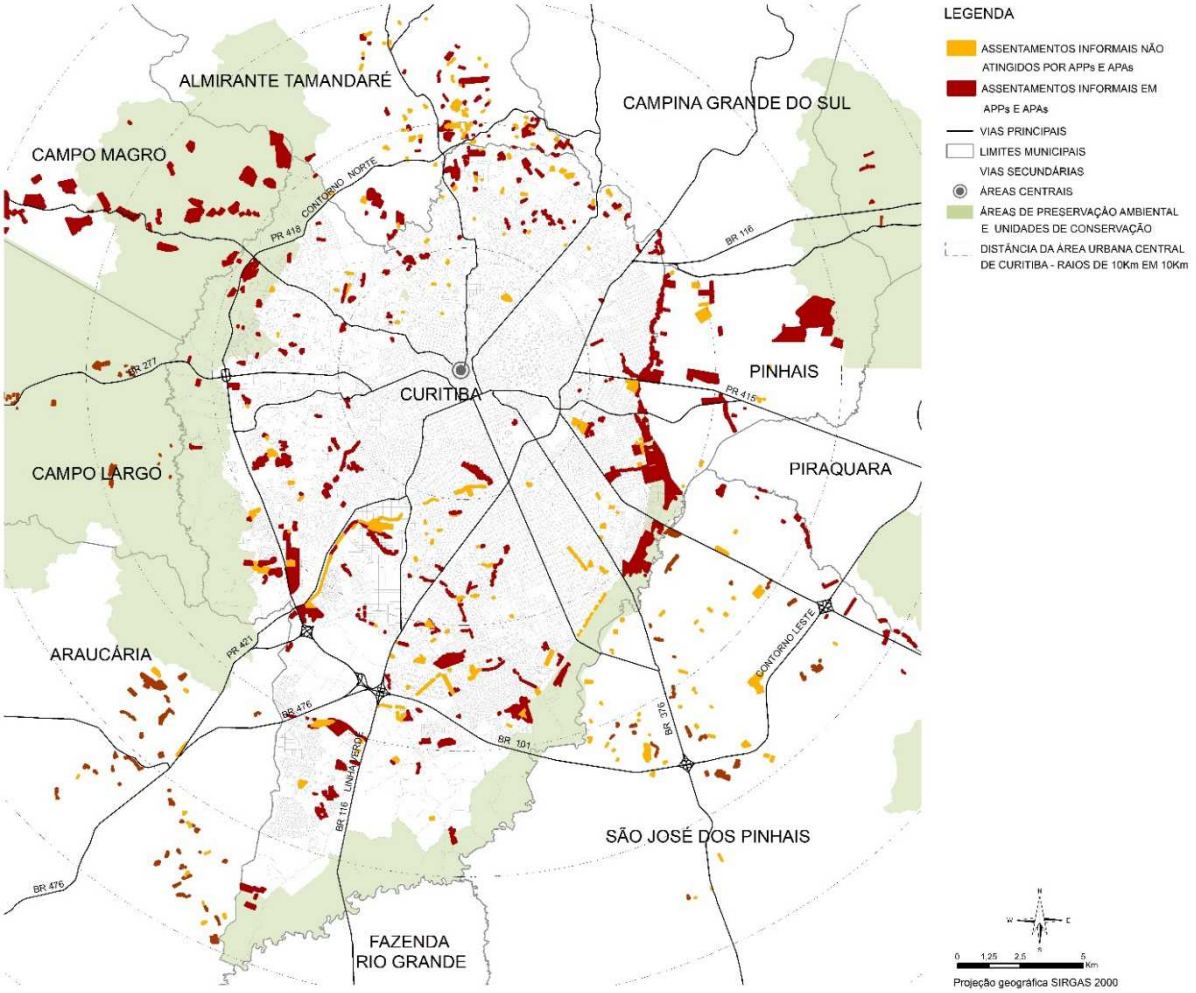
Segundo Silva (2012), na metrópole de Curitiba 61,88% dos espaços informais de moradia estão situados em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e 10,26% em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) (Figura 1). A ocupação das APPs e APAsé um processo ativo em Curitiba, com destaque para as ocorridas no extremo sul do município na última década.

O Diagnóstico Comunitário elaborado pela Prefeitura de Curitiba e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) para a Revisão do Plano Diretor em 2014 (IPPUC, 2014), aponta que a região sul do município - composta pelos bairros Caximba, Campo de Santana, Tatuquara, Umbará e Ganchinho – caracteriza-se por favelas com carência de equipamentos e serviços públicos,em áreas ambientalmente frágeis e com alta densidade populacional. O documento identifica uma pressão por ocupação em direção à periferia na última década nesta região, derivada da expansão de novas favelas, mas que também está relacionada a interesses do poder público e do mercado imobiliário. (IPPUC, 2014)

Vale destacar que desde a década de 1990o sul do município tem concentrado os conjuntos habitacionais e loteamentos populares produzidos pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), construídos pelo estabelecimento de parcerias do município com a iniciativa privada, ou com recursos provenientes dos programas federais de habitação na última década. (DUDA, 2016; MAKOVSKI, 2017)

Na Regional do Tatuquara, situada do extremo sul do município e da qual fazem parte os bairros Tatuquara, Campo do Santana e Caximba (Figura 2), de acordo com IPPUC (2017) existem 39 ocupações irregulares, que representam 18,36% de todos os domicílios da regional. Tal dado materializa o quadro de informalidade e “desordem” da região, agravado pela intensificação da pressão por ocupação em direção à periferia. Além disso,ajuda a dimensionar os conflitos derivados daperiferização da moradia precária e informal em direção às áreas frágeis do ponto de vista ambiental.

FIGURA 1 - ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA EM APPS E APAS NO FINAL DA DÉCADA DE 2000 – CURITIBA E MUNICÍPIOS DO ENTORNO

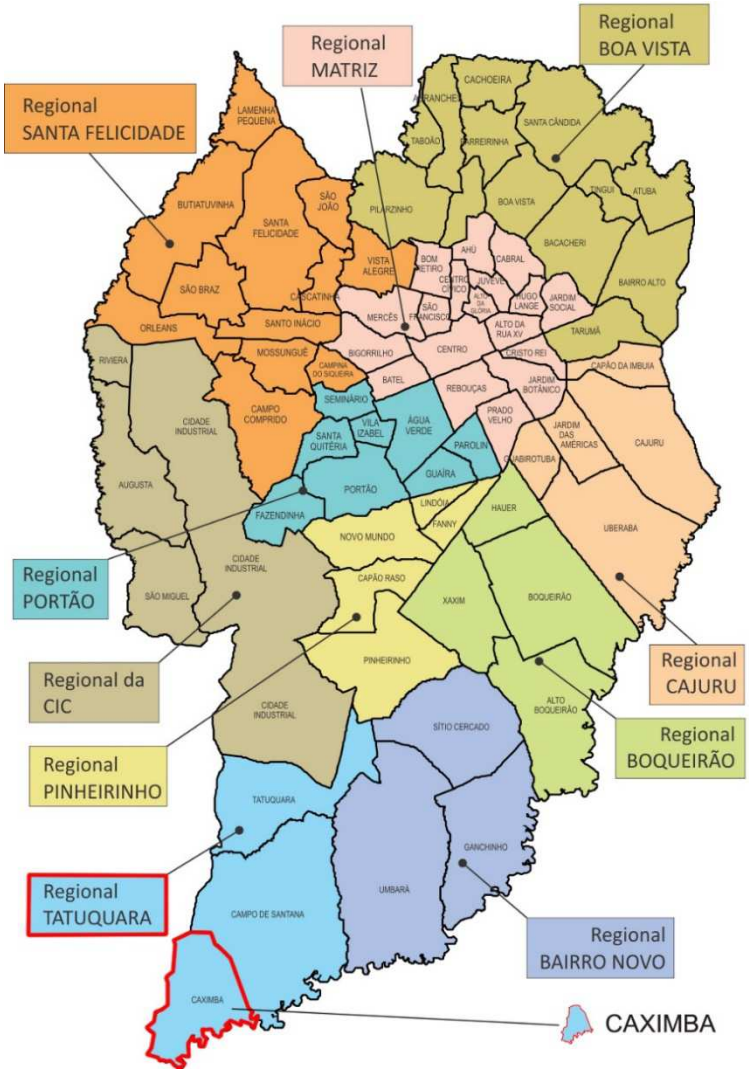


Fonte: Silva (2012)

As ocupações do Caximba tiveram início em 2010, em área destinada pelo Decreto Estadual 5.412/2005 à formação de *wetlands* – áreas das margens de rios que estão sujeitas a alagamentos parciais ou completos e, portanto, devem ser protegidas, como parte do Sistema de Recuperação Ambiental do Rio Barigui. Asfavelas iniciaram com a construção de barracos de madeira e lona, sendo a maior parte de seus habitantesformados por famílias que anteriormente moravam de aluguel na região sul, em especial nos bairros Pinheirinho e Sítio Cercado, com renda mensal de no máximo R$ 1 mil (aproximadamente 2 salários mínimos na época).

De acordo com o diagnóstico realizado pela Organização Não Governamental TETO (2017), os principais motivos que levaram a população a morar nas novas ocupações foram a falta de dinheiro para se manter no lugar de origem e o fim do aluguel social.

FIGURA 2 – REGIONAIS E BAIRROS - CURITIBA - 2018



Fonte: Curitiba (2015), editado pelos autores.

Além da pressão por ocupação de moradia popular, na região sul de Curitiba apresenta-se também a maior parte dos remanescentes florestais e das várzeas de rios preservadas, com áreas de grande fragilidade ambiental e remanescentes da Floresta Ombrófila Mista, abrigando várias espécies de vegetais e animais, alguns ameaçados de extinção, dentre os quais a Araucária e o Bugio. (IPPUC, 2010)

Devido a tais características, existem condicionantes ambientais e legais que dificultam o processo de regularização fundiária e urbanização das favelas situadas na região. A maior parte da superfície das favelas está inserida na Área de Preservação Ambiental do Iguaçu (APA do Iguaçu), e em parte na Reserva do Bugio, Unidade de Conservação (UC) criada em 2015, considerada a maior UC urbana do Brasil.

No próximo tópico são apresentadas as características socioespaciais das favelas incorporadas aos projetos do PAC-UAP no Município de Curitiba. Como já destacado, a dimensão ambiental foi usada como justificativa para a escolha dos assentamentos que foram objeto de intervenção desses projetos.

3A DIMENSÃO AMBIENTAL NA DEFINIÇÃO DAS INTERVENÇÕES DO PAC-UAP

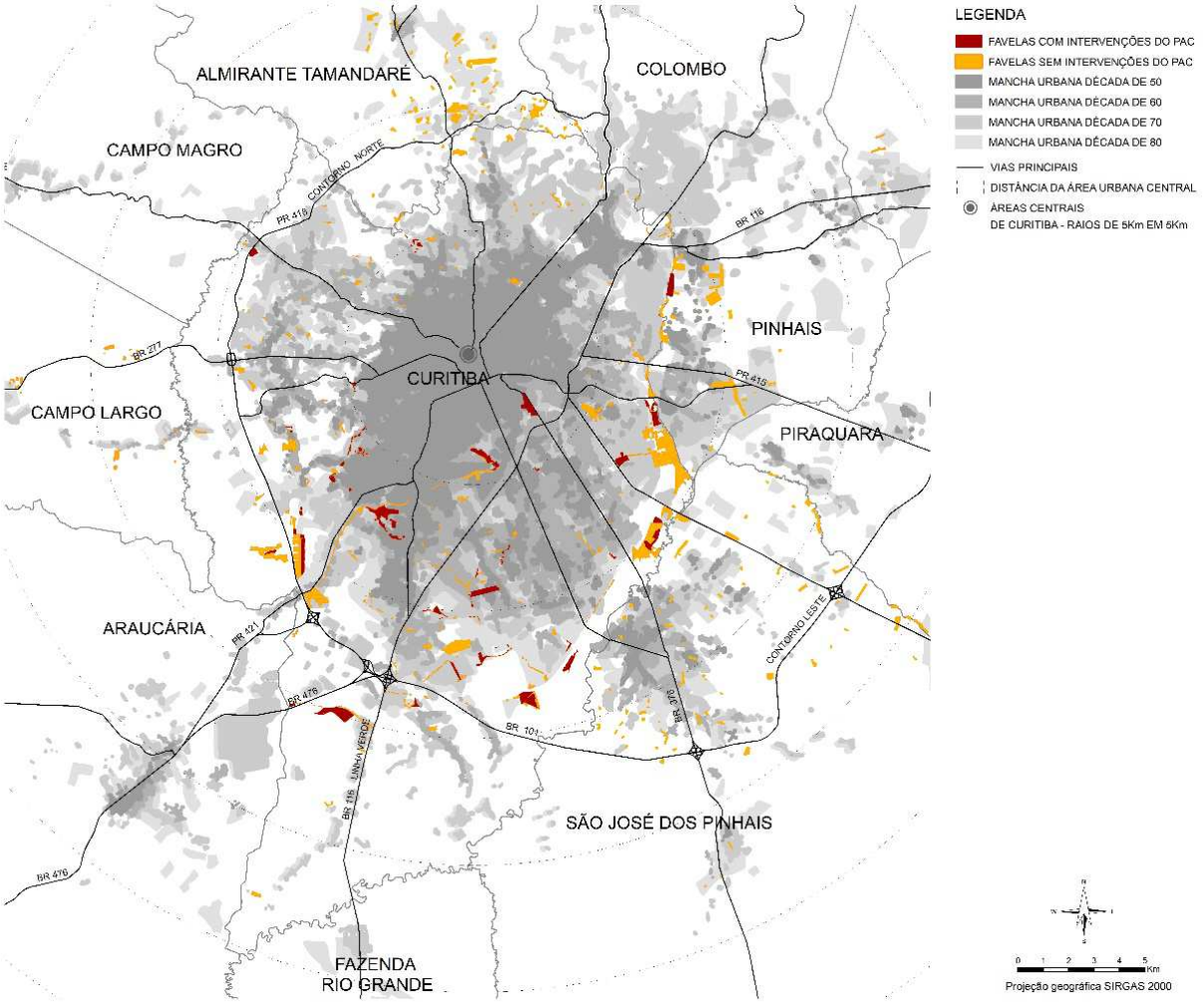
Conforme Silva, Vasco e Texeira (2018), 49 favelas de Curitiba, onde localizam-se mais de 22mil domicílios[2], foram incorporadas aos projetos do PAC-UAP, número que em 2005 correspondia a 19% dos assentamentos e 42% dos domicílios informais, conforme o Plano Municipal de Regularização Fundiária em APPs (PMRF-APPs). (Figura 3)

De acordo com as autoras, em termos de localização as favelas incorporadas aos projetos do PAC-UAP no município podem ser divididas em três grupos: (i) situadas no entorno da área central; (ii) com maiores superfícies localizadas nas margens de rios e ferrovias; (iii) e as novas ocupações na região sul. Os dois primeiros abarcam um maior número de assentamentos.

Considerando essas 49 favelas, 61% teve origem entre as décadas de 1960 e 1980 e 35% na de 1990, tendo a maioria, portanto, mais de três décadas de existência. Em função do tempo de ocupação, uma porcentagem importante das que foram objeto de intervenção situa-se em bairros com urbanização consolidada. Essas favelas possuem melhores condições de inserção urbana em relação ao acesso à infraestrutura e aos serviços, comparadasas que surgiram na periferia na última década. (SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018)

[2] Número que corresponde ao total de domicílios nas 49 favelas em 2005, mas não necessariamente aos domicílios incorporados às intervenções do PAC UAP.

FIGURA 3 – FAVELAS COM INTERVENÇÕES DO PAC-UAP, DEMAIS FAVELAS E EVOLUÇÃO DA MANCHA DE OCUPAÇÃO URBANA – CURITIBA



Fonte: Silva, Vasco e Texeira (2018)

Os assentamentos mais populosos estão concentrados nas margens dos rios e ferrovias que cruzam a mancha de ocupação urbana. As favelas com tais características incorporadas aos projetos do PAC-UAPsão: Vilas Autódromo e União Ferroviária ao longo da linha férrea e nas margens do Rio Iguaçu, Vilas Parolin nas margens do Rio Belém, Vila Barigui no Rio Barigui, e a Vila Terra Santa no sul da cidade. (SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018)

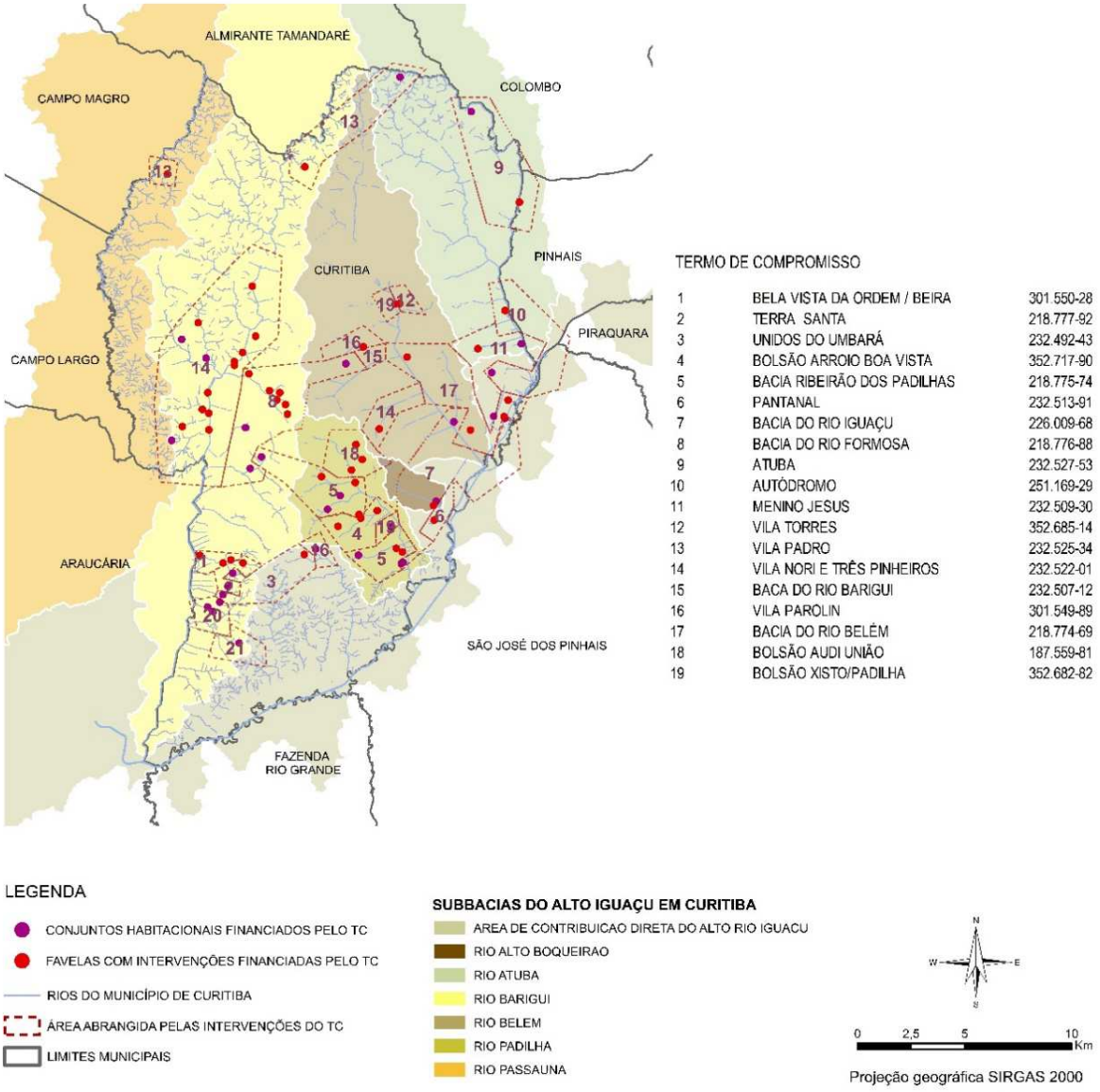
A delimitação territorial e a definição das favelas que foram incorporadas aos projetos financiados pelo Programa, tiveram como referência o PMRF-APPs, elaborado em 2007, mesmo ano da aprovação dos primeiros contratos firmados pelo município com o PAC-UAP (SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018).

De acordo com Curitiba (2007), o PMRF-APPs teve como foco os espaços informais de moradia assentados exclusivamente em APPs, e foi elaborado com o objetivo de articular as políticas ambiental e habitacional. Além do diagnóstico da realidade das favelas, o plano definiu diretrizes, objetivos e linhas de ação para intervenção nos assentamentos situados sobreAPPs, hierarquizando-os e definindo os considerados prioritários para intervenção. As favelas foram delimitadas e agrupadas segundo bacias hidrográficas, ferramenta que norteou a definição dos projetos de intervenção elaborados para captação dos recursos do PAC-UAP. A maioria das intervenções acompanhou os principais rios da cidade, em especial o Barigui, Iguaçu, Belém e Padilhas. Das 49 favelas que foram objeto de intervenção, apenas 5 não estão situadas em APA ou APP. (SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018). (Figura 4)

Além de encontrarem-se em área de preservação, outro critério para intervenção foi o risco de acidente ambiental. Esses riscos, em ordem da maior para a menor recorrência, estavam territorialmente distribuídos em: (i) favelas localizadas em margens de rio; (ii) favelas situadas ao longo de linhas férrea e de alta tensão; (iii) favelas em áreas com altas declividades, com possibilidade de ocorrência de deslizamento de encostas e desmoronamento das casas; (iv) favelas com moradias em risco de vulnerabilidade social, derivado do adensamento excessivo e da precariedade de infraestrutura. (SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018)

Segundo as autoras, a existência de habitações em margens de rios era predominante nas favelas que foram objeto de intervenção nos projetos do PAC-UAP, com riscos de enchente, desmoronamento das casas, insalubridade, além do impacto ambiental gerado pela ocupação das várzeas. Por serem áreas menos interessantes para a comercialização pelo mercado imobiliário formal, com características topográficas e naturais difíceis ou proibidas para ocupação, e muitas vezes de propriedade pública, são as que sobram para a população que não consegue acessar à moradia pelos expedientes formais. Além disso, em geral são os espaços melhor localizados e ainda não ocupados ou parcelados, situados nas áreas de urbanização mais consolidada.

FIGURA 4 – BACIAS HIDROGRÁFICAS, FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS COM INTERVENÇÕES OU FINANCIAMENTO DO PAC-UAP - CURITIBA



Fonte: Silva, Vasco e Texeira (2018)

No próximo tópico apresentam-se os principais componentes das intervenções planejadas, bem como as ações executadas nos projetos financiados pelo Programa.

4 AS AÇÕES PLANEJADAS E EXECUTADAS NOSPROJETOS DO PAC-UAP

O Município de Curitiba firmou junto à União, 21 Termos de Compromissos (TC) para financiamento de intervenções em assentamentos precáriosno âmbito do PAC-UAP, sendo 17 na vigência do PAC 1 (2007/2010) e 4 do PAC 2 (2011/2014).

A análise comparada dos projetos elaborados e apresentados à União para a captação dos recursos com as ações executadas, permite afirmar que ocorreu um afastamento dos objetivos planejados nas intervenções ao longo da implementação. Identificam-se também diferenças de objetivos entre os projetos aprovados na vigência do PAC 1 e do PAC 2.

A partir da análise do escopo dos projetos aprovados para a captação dos recursos, constatou-se que noPAC 1elesse aproximavam mais da urbanização integral dos assentamentos, se comparadas às intervenções previstas nos projetos do PAC 2. Na segunda etapa do Programa o escopo dos projetos é mais reduzido, com itens voltados àrequalificação ambiental das APPse à construção de unidades habitacionais (UHs) em novos conjuntos habitacionais.(SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018)

Outra característica, é que tanto no PAC 1 como no PAC 2, embora os projetos previssem componentes de intervenção paraurbanizaçãodos assentamentos, na fase de execução predominou a produção de novas UHs e a implantação de infraestrutura para viabilização dos novos conjuntos habitacionais.

Dos 21 TCs firmados, em 15 prevaleceu a construção de conjuntos habitacionais e em apenas 6 intervenções no próprio assentamento.No grupo desses 15 contratos, das 36 favelas listadas nas intervenções, em 10 ocorreram investimentos no próprio assentamento, com obras de melhorias no sistema viário (pavimentação, ciclovia e iluminação pública) predominantemente, seguidas da implantação de redes de água e ligação de esgoto sanitário. Dessas 10 favelas, em apenas 4 foram construídas novas unidades habitacionais no mesmo local.Nas outras 26 favelas que foram objeto desses 15 TCs, em 4 destacam-se obras de demolição, remoção de resíduos e recuperação ambiental da APP. Nas demais não ocorreram intervenções no próprio local, além da realocação das famílias para os novos conjuntos habitacionais produzidos. (SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018)

No grupo dos 6 contratos em que prevalecem as ações no próprio assentamento, as intervenções caracterizaram-se por obras de saneamento (abastecimento de água, esgoto sanitário e drenagem), pavimentação, sinalização viária, terraplanagem e construção de UHs. A construção de UHs nesses contratos ocorreu tanto no próprio assentamento (625 UHs), quanto fora deles (534 UHs) nos novos conjuntos habitacionais. (SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018)

As obras de saneamento integrado estavam previstas em grande parte dos escopos dos projetos. A estratégia prevista era remover as famílias em situação crítica, realocá-las para os novos conjuntos habitacionais, realizar a demolição das habitações precárias, a limpeza do local e a requalificação ambiental da APP e, simultaneamente, atuar com obras de drenagem, iluminação pública, esgoto, abastecimento de águapara as demais residências. Entretanto, as obras de saneamento integrado, sistema viário e urbanismo foram executadas em apenas 14 favelas, e de forma parcial. (SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018)

As intervenções ocorreram em favelas consolidadas e consolidáveis, com reassentamento parcial de famílias, prioritariamente aquelas cujas habitações ocupavam APPs. Vale lembrar, que um dos critérios que justificou as re(a)locações da população residente em favelas para os novos conjuntos habitacionais produzidos, foi a possibilidade de ocorrência de risco de acidente ambiental.

Além da produção de novas UHs, o saneamento integrado e as obras de sistema viário e urbanismo estão entre os componentes presentes na maior parte das intervenções, mas estas obras vinculam-se prioritariamente à construção dos novos conjuntos habitacionais. Comparativamente, em apenas 14 das 49 favelas são identificados investimentos em componentes da intervenção compostos por estes itens. (SILVA; VASCO; TEXEIRA, 2018)

No que diz respeito às ações de requalificação ambiental finalizadas, 14 assentamentos receberam obras de demolição, remoção de resíduos e recuperação ambiental da APP, sendo os dois primeiros itens os mais presentes. Entretanto, mesmo nesses casos, apenas em 3 assentamentos as obras de requalificaçãoambiental foram plenamente executadas. Nos demais, ocorreu a remoção das famílias, seguida da demolição das casas e, em alguns casos, a remoção dos resíduos do local. (TABELA 1)

TABELA 1 – ESTÁGIO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL PREVISTAS NOS PROJETOS FINANCIADOS PELO PAC UAP – CURITIBA – 2018

Ação	Número de Assentamentos
1 Finalizada (Total)	14
1.1 Demolição e remoção de resíduos	11
1.2 Recuperação ambiental da APP	3
2 Inacabada (Total)	25
2.1 Demolição e remoção de resíduos	13
2.1 Recuperação ambiental da APP	12
3 Prevista e não executada (Total)	21
3.1 Recuperação ambiental da APP	19
3.2 Demolição e remoção de resíduos	2

Fonte: CAIXA, (2018)

A recuperação ambiental da APP aparece como o item não executado no maior número de assentamentos listados, considerando os TCs firmados (Tabela 1). A falta da execução dos componentesde requalificação ambiental da APP e limpeza dos resíduos das demolições, previstos nos projetos,podem ser observadas nas Figuras 8 e 9.

FIGURA 8 – VILA NOVA BARIGUI - CURITIBA

Fonte: Google (2011)

FIGURA 9 – VILA LEÃO - CURITIBA

Fonte: Google (2018)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados apresentados, Curitiba, assim como grande parte das cidades brasileiras, tem como marca a produção de favelas em áreas ambientalmente frágeis e protegidas, em especial aquelas que por restrições legais e naturais deixam de ser interessantes para ocupação pelo mercado imobiliário formal.

Conforme afirmam Pereira e Silva (2013, p. 227) a ocupação de áreas impróprias, desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos, e com restrições ambientais, configuraria um urbanismo de risco, que tende a se consolidar como prática dominante a se manter um modelo de produção da cidade estruturada com base nas leis de mercado e marcada por uma pobreza ascendente da população.

Os espaços informais de moradia têm sido objeto de intervenção por parte do poder público no Brasil desde o século passado, com políticas que põe em permanente confronto a remoção ou fixação de seus moradores. Vinculada apolíticas que priorizam a fixaçãoda população residente nesses assentamentos com garantia de condições dignas de moradia, em meados da década de 2000 o Governo Federal lança o PAC-UAP, programa que teve como objetivo a urbanização de assentamentos precários, com financiamento de obras de infraestrutura, drenagem, saneamento, contenção geotécnica, equipamentos sociais, requalificação de moradias, regularização fundiária, produção de novas moradias e trabalho social.Conforme Denaldi et.al. (2016) o programa vai constituir um marco na política habitacional brasileira, pois, pela primeira vez na história, a União aplica uma quantidade de vultosa de recursos para viabilizar a urbanização desses assentamentos.

No caso da implementação do PAC-UAP em Curitiba, ganham destaque as intervenções em favelas situadas em APAs e APPs, que conforme dados apresentados caracterizam a maioria dos espaços informais de moradia no município. Neste sentido, destaca-se, portanto, a dimensão ambiental tanto na definição das áreas como nas intervenções planejadas nos projetos.

Conforme analisado, considerando os critérios que nortearam a elaboração dos projetos para captação dos recursos e cruzando as ações previstas nesses projetos com os componentes das intervenções executados, reconhece-se uma série de contradições na execução do PAC-UAP em Curitiba, que se afastam dos objetivos do programa.

Conforme apresentado, se nos projetos as intervenções se aproximavam mais da urbanização integral dos assentamentos, durante a execução das obras esse objetivo foi sendo abandonado, observando-se a priorização da construção de novos conjuntos habitacionais em detrimento dos componentes necessários à consolidação e urbanização dos assentamentos.

Outra questão, é que se por um lado a construção de conjuntos habitacionais pode ter significado a redução dos riscos de acidente ambiental a que estavam sujeitas parte das famílias residentes nas áreas, de outro a limitação da execução das ações de urbanizaçãonos assentamentos significou que os impactos positivos do projeto não se estendeu aos demais residentes, na medida em que foram deixadas de lado a regularização fundiária, a requalificação ambiental, a implantação de infraestrutura e o saneamento.

Além disso, a não retirada dos resíduos das demolições das casas e o fato depraticamente não terem sido executadas as ações de recuperação das APPs nos assentamentos que sofreramre(a)locações, produziram novos problemas ambientais, que prejudicam as condições de vida das famílias que permanecem vivendo nas áreas e no seu entorno. Os entulhos deixados atraem vetores e incentivam o descarte de resíduos sólidos, além dos impactos na paisagem urbana. A presença, o volume e as características dos resíduos das demolições das casas, inviabilizam também a utilização da área pela comunidade e a recuperação ambiental.

A análise dos resultados do PAC – UAP em Curitiba demonstram aindaum distanciamento entre o discurso e a prática no tocante à questão ambiental, presentes no PMRF-APP e que, conforme destacado, justificou a elaboração dos projetos de intervenção nos assentamentos para viabilizar a captação dos recursos. Essa contradição entre discurso e prática tem relação com a “ambientalização” do planejamento urbano de Curitiba, observado nas últimas décadas.

De acordo com Limonad (2007), a partir da segunda metade do século XX com a emergência de problemas ambientais de ordem global e a realização de encontros internacionais voltados ao tema, a questão ambiental passou a ocupar cada vez mais o cenário político mundial nas suas mais diferentes escalas e arenas. Por causa disso, os agentes que disputam o espaço tiveram que incorporar a preocupação com o meio ambiente em seus discursos. Neste contexto, diferentes “ambientalismos” passaram a fazer parte das mais diversas disputas, inclusive as urbanas. Uma dessas arenas atingidas pela questão ambiental foi a da luta por moradia, agregando a ela maior complexidade.

Acserald (2010) destaca que a“ambientalização” da política e do planejamento urbano pode designar, tanto a adoção de um discurso ambiental genérico – como por exemplo o da sustentabilidade - por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas,dentre outras.

A partir da análise do PAC-UAP em Curitiba, é válido afirmar que a segundacaracterística destacada por Acserald (2010) é a que se apresenta, observando-se que a execução do Programa viabilizou muito mais ações de remoção da população residente em APPs, do que a urbanização dos assentamentos, que poderia garantir a permanência da população e a melhoria daqualidade do espaço das favelas. Os resultados apurados demonstram que a "ambientalização" do planejamento urbano viabilizou a legitimação de uma prática institucional, concretizada pela política habitacional, historicamente caracterizada provisão habitacional em áreas periféricas, articulada à prática de remoção dos moradores das favelas. Ou seja, uma política que aprofunda a segregação e as desigualdadessocioespaciais, quando deveria combate-las.

A "ambientalização" da política habitacional contribui também para o não enfrentamento causas da produção da cidade precária e informal, vinculadas à lógica a partir da qual a cidade capitalista é produzida,na qual, segundo Gottdiener (1997), a relação entre mercado imobiliário residencial, extração da renda da terra e acumulação de capital desempenha um papel essencial. Além disso, conforme destaca Rodrigues (2011, p.219) políticas públicas com tais características "ocultam conflitos e contradições, e deslocam análises".

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Revista Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

CAIXA. Tabela com informações dos Termos de Compromissos PAC UAP no Município de Curitiba. Curitiba: CAIXA, 2018.

DENALDI, R.; MORETTI, R.; PAIVA, C.; NOGUEIRA, F.; PETRAROLLI, P. Urbanização de favelas na Região do ABC no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento de Assentamentos Precários. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 101-118, abr. 2016.

DUDA, M. E. Produção da COHAB – CT no 1986 - 2002. In: Evento de Iniciação Científica, 24, 2016, Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR, 2016.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

IPPUC **Censo de 2010**: Análise dos bairros de Curitiba. IPPUC, 2010.

LIMONAD, E. A natureza da questão ambiental contemporânea: subsídios para um debate. **Revista Geografias**: Artigos Científicos, Belo Horizonte, p. 7-23, jan./jun. 2007.

MAKOVSKI, E. Produção da COHAB – CT no 2003 - 2015. In: Evento de Iniciação Científica, 25, 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR, 2017.

PEREIRA, G de F.; SILVA, M. N. daPobreza urbana e degradação ambiental: reflexões sobre o urbanismo de risco. IN: TEXEIRA, A. N.; ALENCAR, C. M. M. de; CARVALHO, S. S. de (Org.). **Desafios contemporâneos de dinâmicas territoriais e socioambientais**. Curitiba: CRV, 2013. p. 215-230.

RODRIGUES, A. M.A matriz discursiva sobre o "meio ambiente": produção do espaço urbano – agentes, escalas e conflitos. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. de.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs)**A produção do espaço urbano:** agentes e processo, escalas e desafios.São Paulo, SP: Contexto, 2011. p. 207-230.

SILVA, M. N. da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba**. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SILVA, M. N. da; VASCO, K. M. C. M; TEXEIRA, A. G. **Um Balanço do PAC-Urbanização de Favelas no Município de Curitiba:** Curitiba: UFPR – LAHURB – PPU – Observatório das Metrópoles, 2018. 76 p. Relatório de Pesquisa.

TETO. **Relatório técnico escutando comunidades**: comunidade Caximba. Curitiba: TETO, 2017. Relatório técnico.